FRENTE PARLAMENTAR
DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

AGENDA LEGISLATIVA **PRIORITÁRIA**

2025

SUMÁRIO

03 DESCRIÇÃO
04 PRESIDENTES DA FCS
06 MACROTEMAS
07 TEMAS EM DISCUSSÃO NO EXECUTIVO
08 TEMAS EM CONSTRUÇÃO
10 CÂMARA DOS DEPUTADOS
28 SENADO FEDERAL
39 CONGRESSO NACIONAL
42 DIRETORIA

A Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS) é uma associação suprapartidária de deputados e senadores dedicada a fortalecer o setor terciário da economia, que inclui comércio, serviços e turismo. **Seu foco é melhorar o ambiente de negócios, promovendo geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico.**

Entre as principais bandeiras da FCS estão a desburocratização, a simplificação tributária, a modernização das relações de trabalho e o incentivo à livre iniciativa. A Frente tem atuação estratégica no Congresso, com histórico de conquistas como a reforma trabalhista de 2017, a defesa do Simples Nacional e o apoio à desoneração da folha de pagamento.

Representando um setor que corresponde por mais de 70% do PIB e da geração de empregos formais, a FCS trabalha em parceria com entidades representativas para construir uma agenda legislativa moderna, previsível e alinhada às necessidades das empresas brasileiras.

DOMINGOS SÁVIO

PRESIDENTE DA FCS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal por Minas Gerais (PL), em seu quarto mandato, é veterinário e produtor rural. Antes, foi vereador e prefeito de Divinópolis e deputado estadual por dois mandatos. Defensor do agronegócio, da desburocratização e da responsabilidade fiscal. Recentemente foi escolhido o melhor deputado de Minas Gerais. Preside a Frente Parlamentar de Comércio e Serviços e é vice-líder do PL na Câmara.

EFRAIM FILHO

PRESIDENTE DA FCS NO SENADO FEDERAL

Senador pela Paraíba e Líder do União Brasil no Senado Federal, é advogado e ex-deputado federal por quatro mandatos. Atua pela segurança jurídica, empreendedorismo e competitividade. Em 2023 foi eleito o melhor parlamentar do Congresso Nacional. Hoje preside a Frente Parlamentar de Comércio e Serviços no Senado.

PRINCIPAIS PROJETOS

MACRO TEMAS

LIBERDADE ECONÔMICA, SEGURANÇA JURÍDICA E ISONOMIA REGULATÓRIA

REGULAMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE INTERMEDIAÇÃO

DESONERAÇÃO DA FOLHA

MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA E MANUTENÇÃO DAS CONQUISTAS APROVADAS EM 2017

MAIOR EFICIÊNCIA NOS GASTOS PÚBLICOS

SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA E DESBUROCRATIZAÇÃO

CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA

PLANO PLURIANUAL DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (2027)

TEMAS EM DISCUSSÃO COM O EXECUTIVO

TRABALHO AOS FERIADOS

DIRBI

CNPJ ALFANUMÉRICO

ALÍQUOTAS DO IOF

PEC DA LIVRE CONTRATAÇÃO

PLANO PLURIANUAL DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (2027)

PERSE - PROGRAMA EMERGENCIAL DE RETOMADA DO SETOR DE EVENTOS

TEMAS EM CONSTRUÇÃO

BEST BEFORE

PROJETO DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA

MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE MATERIAIS BÁSICOS DE CONSTRUÇÃO

REPRESENTANTES COMERCIAIS

GRATUIDADE UNIVERSAL DO PIX

CIPA - REVISÃO DA ESTABILIDADE DO SUPLENTE

EMPREENDEDORISMO FEMININO

APOIO A PROJETOS DE DESONERAÇÃO E CRÉDITO FACILITADO

CAMPANHA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DAS HABITAÇÕES

TEMAS EM CONSTRUÇÃO

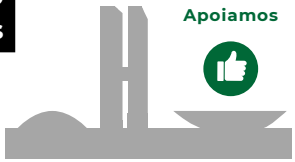
PROJETO DE INCENTIVO À GESTÃO E À INSERÇÃO TECNOLÓGICA NO VAREJO

CAMPANHA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONFORMES

GRATUIDADE DA JUSTIÇA DO TRABALHO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PDL 214/2025 - Alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)



Autor: Dep. Zucco (PL/RS)

O Decreto nº 12.466/2025 elevou o IOF sem debate público, aumentando a carga tributária e a insegurança jurídica. A medida encarece o crédito e prejudica o investimento produtivo. As Frentes Produtivas apoiam o Projeto de Decreto do Legislativo (PDL) 214/2025 para reverter os efeitos do decreto.

PL 533/2019 - Tentativa de conciliação em relações de consumo antes da ação judicial

Autor: Dep. Júlio Delgado (PV/MG)

O PL 533/2019 propõe que, antes de recorrer ao Judiciário em casos de consumo, as partes tentem conciliação para reduzir a sobrecarga judicial. Exige comprovação da tentativa de resolução prévia para iniciar ação, sem impedir o acesso à justiça. A medida visa agilizar processos e diminuir custos para todos.

PL 2766/2021 - Dosimetria das Multas

Apoiamos

Autor: Dep. Marco Bertaiolli (PSD/SP)

O Código de Defesa do Consumidor é um avanço, mas a ausência de critérios nacionais para multas tem levado a penalidades abusivas. A FCS defende uma fiscalização com foco educativo, que corrija excessos e incentive um mercado mais justo.

PL 1774/2019 - Venda de Medicamentos Isentos de Prescrição

Apoiamos

Autor: Dep. Glaustin da Fokus (PODE/GO)

A FCS apoia a venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados, sob supervisão técnica e normas da Anvisa. Isso amplia o acesso, reduz preços e custos do Sistema Único de Saúde (SUS), alinhando o Brasil a padrões internacionais.

PLP 57/2021 - Centrais de Negócios

Apoiamos

Autor: Dep. Joice Hasselmann

As centrais de negócios fortalecem micro e pequenas empresas ao facilitar compras e vendas conjuntas, ampliando seu acesso a mercados. Essa parceria aumenta a competitividade e oferece uma opção segura para empreendedores. A formalização desse modelo impulsiona o desenvolvimento do setor.

PL 1780/2022 - Regulamenta os Contratos de Distribuição

Apoiamos

Autor: Dep. Glaustin da Fokus (PODE/GO)

O projeto regula a relação entre fornecedores e distribuidores de produtos industrializados, setor sem legislação específica. Visa integrar a legislação contratual para reduzir conflitos judiciais e diminuir a insegurança jurídica. Assim, promove maior segurança e clareza nas relações comerciais.

PL 2874/2019 - Doação de Alimentos

Apoiamos

Autor: Sen. Ciro Nogueira (PP/PI)

O crescente desperdício de alimentos pode ser combatido com a doação de alimentos seguros, mesmo com pequenos defeitos, para quem precisa. A proposta garante a segurança alimentar por meio da certificação das entidades receptoras e cria um intermediário responsável pelo manejo dos alimentos. Isso incentiva a solidariedade, protegendo doadores de responsabilidades legais, exceto em casos de dolo.

PL 396/2024 - Cotas para contratação de Pessoas com Deficiência (PCD)

Apoiamos

Autor: Dep. Carlos Chiodini (MDB/SC)

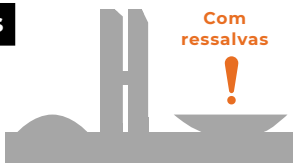
O projeto flexibiliza o cumprimento das cotas para PCD em grupos empresariais, calculando-as por empresa individualmente e excluindo afastados por mais de 90 dias do cálculo. Também isenta sanções em casos de falta de mão de obra qualificada localmente e propõe um cadastro único nacional para facilitar contratações.

PLP 167/2024 - Apuração de crédito tributário a microempresas e empresas de pequeno porte

Autor: Poder Executivo

A proposta corrige distorções tributárias que oneram micro e pequenas exportadoras, permitindo a apuração de créditos sobre custos de exportação. Isso iguala as MPEs a outros exportadores, reduz barreiras e incentiva a competitividade. Alinhada à reforma tributária, a medida promove crescimento econômico sem comprometer o orçamento público.

PL 1087/2025 - Reforma nas regras de tributação da renda



Autor: Poder Executivo

O projeto isenta do Imposto de Renda quem ganha até R$5 mil mensais e cria alíquotas progressivas para rendas entre R$5 mil e R$7 mil. Para compensar a perda de arrecadação, taxa lucros, dividendos altos e rendas anuais superiores a R$600 mil. Prevê ainda tributo sobre lucros enviados ao exterior, com vigência a partir de 2026, gerando debates sobre seus impactos econômicos.

PL 2338/2023 - Regulamentação da Inteligência Artificial (IA)

Apoiamos

Autor: Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

O PL 2338/2023 cria o Sistema Nacional de Regulação de Inteligência Artificial para alinhar o Brasil às melhores práticas globais. Define regras rigorosas para IA de alto risco e proíbe sistemas com risco excessivo. Garante direitos como explicação, revisão humana e proteção contra discriminação em decisões automatizadas.

PLP 40/2025 - Aumento do Teto e Sublimite do Simples Nacional

Apoiamos

Autor: Dep. Domingos Neto (PSD/CE)

O PLP 40/2025 propõe atualizar os limites de receita para Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) no Simples Nacional, corrigindo defasagens causadas pela inflação. A medida é crucial para evitar desenquadramentos automáticos e manter a atratividade do regime simplificado. Assim, garante segurança jurídica e apoio à sustentabilidade dos pequenos negócios.

PL 5773/2019 - Limbo Previdenciário

Apoiamos

Autor: Dep. Afonso Motta (PDT/RS)

O limbo previdenciário é o conflito entre perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e médicos do trabalho sobre a capacidade do empregado. O projeto limita a responsabilidade do empregador ao pagamento dos primeiros 15 dias de afastamento. Também autoriza as empresas a recorrerem ao INSS.

PL 6005/2023 - Comercialização de materiais de construção

Apoiamos

Autor: Dep. Capitão Augusto (PL/SP)

O PL 6005/2023 visa corrigir distorções tributárias e garantir isonomia no varejo de materiais de construção. Proíbe a venda direta de fábricas a construtoras ou consumidores, reforçando a atuação de lojas e distribuidores autorizados. A medida fortalece o comércio varejista e combate a concorrência desleal.

PL 6005/2023 - Comercialização de materiais de construção

Apoiamos

Autor: Dep. Capitão Augusto (PL/SP)

O Projeto de Lei (PL) 6005/2023 busca corrigir distorções tributárias e garantir concorrência justa no comércio de materiais de construção. Proíbe vendas diretas de fábricas para consumidores finais, valorizando o varejo formal. A proposta fortalece pequenos e médios comerciantes e promove um mercado mais transparente e equilibrado.

PLP 7/2024 - Reforma Tributária

Apoiamos

Autor: : Dep. Luiz Carlos Hauly (PODE/PR)

O Projeto de Lei Complementar (PLP) propõe mudanças no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para atualizar o tratamento tributário dessas empresas. A intenção é alinhar as regras às alterações da Emenda Constitucional nº 132/2023. Assim, busca-se garantir um regime tributário mais justo e adequado para pequenos negócios.

PL 4989/2023 - Financiamento da indústria verde

Apoiamos

Autor: Sen. Renan Calheiros (MDB/AL)

O projeto propõe priorizar o financiamento da indústria verde pelo Programa de Financiamento às Exportações (PROEX). O objetivo é incentivar práticas sustentáveis no setor industrial. O projeto está em tramitação no Senado, aguardando pareceres nas comissões competentes.

PLP 125/2023 - Simples Trabalhista

Apoiamos

Autor: Dep. Jorge Gotten (PL/SC)

Propõe uma série de alterações legislativas visando aprimorar o ambiente de negócios para Microempreendedores Individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil.

PL 733/2025 - Sistema Portuário Brasileiro

Autor: Dep. Leur Lomanto Júnior (UNIÃO/BA)

O projeto propõe um novo marco regulatório para modernizar o Sistema Portuário Brasileiro. Entre as mudanças estão o licenciamento ambiental unificado, liberdade para negociação de preços e contratação direta de trabalhadores. A ANTAQ terá funções ampliadas, incluindo concessão de portos privados e regulação de terminais retroportuários.

PL 4885/2016 - Sistema Portuário Brasileiro

Autor: Dep. Leônidas Cristino (PDT/CE)

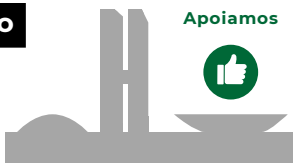
O projeto reduz de 20% para 10% o valor mínimo de peças de reposição exigido para benefícios fiscais do Reporto. Estende esses benefícios a empresas contratadas por operadores de portos privados. O objetivo é incentivar a modernização e eficiência das operações portuárias.

PL 6514/2019 - Empreendedorismo Local

Autor: Dep. Jerônimo Goergen (PP/RS)

A proposta propõe mudanças na Lei de Liberdade Econômica para facilitar o teste e a introdução de inovações no mercado. A proposta permite testes de novos produtos e serviços sem alvará prévio e impede que normas antigas dificultem sua comercialização. O texto já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

PL 3077/2022 - Empreendedorismo Local



Autor: : Dep. Tiago Mitraud (NOVO/MG)

O projeto propõe mudanças na Lei da Liberdade Econômica para impedir o confisco de mercadorias de comerciantes ambulantes durante fiscalizações. A medida busca proteger o direito ao trabalho e a subsistência desses profissionais. A proposta reforça a dignidade e a segurança jurídica para quem atua no comércio informal.

PL 5552/2023 - Trabalho aos Domingos e Feriados

Autor: Dep. Joaquim Passarinho (PL/PA)

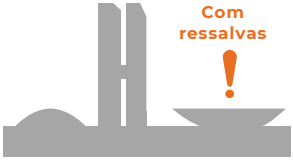
O Projeto propõe uma solução equilibrada para o trabalho em feriados no comércio, evitando prejuízos econômicos. Ajusta a Portaria MTE 3.665/23, conciliando direitos dos trabalhadores com segurança jurídica para as empresas. Também abre espaço para discutir um modelo sustentável de financiamento sindical.

PDL 405/2023 - Trabalho aos Domingos e Feriados

Autor: Dep. Luiz Gastão (PSD/CE)

O projeto busca sustar a Portaria nº 3.665/2023, que restringe o funcionamento do comércio em feriados e domingos para setores essenciais como farmácias, supermercados e hotéis. A justificativa aponta impactos negativos na economia e no acesso da população a bens essenciais. O autor defende a manutenção das autorizações conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

PEC 221/2019 - Fim da escala 6x1



Autor: Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG)

A redução gradual da jornada para 36 horas semanais eleva os custos trabalhistas sem reduzir salários, impactando pequenos e médios negócios. O comércio e serviços, que dependem de flexibilidade, podem sofrer com queda no emprego e aumento da informalidade. A medida ameaça a competitividade e a sustentabilidade de setores como supermercados, restaurantes e logística.

PEC da Livre Contratação

Autor: Dep. Maurício Marcon (Podemos/RS)

O Projeto de Emenda à Constituição (PEC) da Livre Contratação permite que trabalhadores escolham entre o regime tradicional da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou um regime flexível por horas trabalhadas, garantindo direitos proporcionais. Visa maior autonomia e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. A proposta moderniza as relações de trabalho, alinhando-se às mudanças do mercado e beneficiando empregados e empregadores.

PL 1334/2023 - Valorização da mulher empreendedora

Autor: Dep. Raimundo Santos (PSD/PA)

A proposta propõe a criação do Programa Nacional Mulher Empreendedora Cidadã (PNMEC). O objetivo é incentivar o empreendedorismo feminino de micro e pequeno porte. A medida prevê acesso facilitado a crédito, educação financeira e assistência técnica para mulheres empreendedoras.

PLP 108/2021 - Regime do MEI

Autor: Dep. Jayme Campos (UNIÃO/MT)

A proposta altera a Lei Complementar nº 123/2006 para aumentar o limite de receita anual do MEI de R$ 81 mil para R$ 130 mil e permitir a contratação de até dois empregados. Aprovada no Senado, tramita na Câmara com pareceres favoráveis e aguarda votação. O objetivo é ampliar o alcance do MEI, incentivando o empreendedorismo e a geração de empregos formais.

PL 3867/2024 - Acesso a crédito e financiamento

Autor: Dep. Jonas Donizette (PSB/SP)

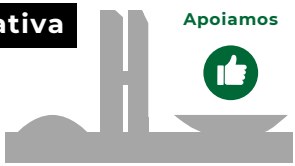
O projeto amplia a proteção ao consumidor, mas impõe restrições que geram insegurança jurídica e aumentam custos operacionais. Exigências rígidas dificultam a concessão de crédito e elevam os juros. Isso desestimula investimentos e prejudica a recuperação de crédito no setor.

PL 3953/2019 - Acesso a crédito e financiamento

Autor: Sen. Ciro Nogueira (PP/PI)

O PL 3953/2019 é favorável por ampliar a transparência e a autonomia do consumidor no acesso às suas informações de crédito, fortalecendo direitos do Código de Defesa do Consumidor. Ao facilitar a consulta ao cadastro positivo, a proposta permite corrigir inconsistências, negociar melhores condições de crédito e estimula a inclusão financeira e a concorrência entre instituições.

PEC 32/2020 - Reforma Administrativa



Autor: Poder Executivo

A PEC 32/2020, ou Reforma Administrativa, propõe mudanças no serviço público, como novos vínculos, restrição da estabilidade e corte de benefícios. Prevê redução de jornada e salários em crises fiscais. Já foi aprovada na CCJC e em comissão especial da Câmara.

PL 6792/2006 - Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)

Autor: Dep. Lobbe Neto (PSDB/SP)

O texto impõe regras rígidas para o SAC, focando no atendimento telefônico e aumentando os custos operacionais, especialmente para MPEs. A proposta desconsidera os canais digitais, restringindo a inovação e a flexibilidade no atendimento ao cliente. Isso pode gerar insegurança jurídica e prejudicar a competitividade e a sustentabilidade do setor.

PL 178/2025 - Sistema Portuário Brasileiro

Autor: Dep. Gilson Daniel (PODE/ES)

Propõe tornar obrigatória a disponibilização de infraestrutura de apoio para trabalhadores e motoristas que operam nos portos brasileiros e terminais de carga. Essa infraestrutura inclui banheiros, áreas de descanso e restaurantes, visando garantir condições dignas de trabalho e suporte adequado para esses profissionais.

PL 9212/2017 - Pautas Políticas

Autor: José Serra (PSDB/SP)

O propõe o sistema de voto distrital misto, combinando voto majoritário em distritos com voto proporcional em listas partidárias, para melhorar a representatividade política. Foi aprovado no Senado em 2017 e está em tramitação na Câmara. Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em 2021, recomendando sua aprovação.

SENADO FEDERAL

PLP 108/2024 - Regulamentação da Reforma Tributária

Autor: Presidência da República

O PLP 108/2024 cria o Comitê Gestor do IBS e define regras para sua gestão e fiscalização. Destaque para a Emenda 87, do senador Efraim Filho, que autoriza o compartilhamento de dados no crédito consignado, respeitando a LGPD, com o objetivo de prevenir o superendividamento, melhorar a análise de risco, reduzir juros e ampliar a proteção ao consumidor.

PL 3559/2024 - Regulamenta os Contratos de Distribuição

Autor: Sen. Laércio Oliveira (PP/SE)

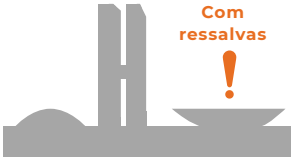
O projeto regulamenta a relação de revenda e distribuição entre fornecedores e distribuidores de produtos industrializados, setor importante e sem legislação específica. Visa integrar normas contratuais para reduzir conflitos judiciais e aumentar a segurança jurídica no segmento.

PL 2158/2023 - Farmácia completa dentro do Supermercado

Autor: Sen. Efraim Filho (UNIÃO/PB)

A FCS defende a Emenda n. 2 do Senador Efraim Filho, que autoriza a instalação de farmácias dentro da área de vendas dos supermercados, observando as mesmas regras legais e regulatórias estabelecidas para farmácias e drogarias, inclusive a exigência de presença física dos farmacêuticos.
Além disso, possibilita que os supermercados instalem farmácias diretamente ou por meio de parcerias com farmácias ou drogarias já existentes. Isso permitiria que farmácias de bairro ou regionais possam expandir seu público ao operar em grandes centros de circulação de consumidores.

PL 316/2021 – Prisão de Gerentes



Autor: Dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)

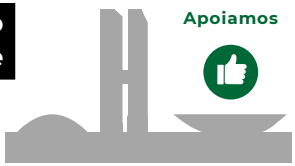
A responsabilização penal deve ser usada como última alternativa para infrações de menor potencial ofensivo, alinhando as penas à proporcionalidade prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC). A FCS apoia que certas condutas da Lei 8.137/90, atualmente com penas mais severas, tenham penas reduzidas, compatíveis com o CDC. Isso preserva a razoabilidade e adequação das punições.

PL 5228/2019 - Primeiro Emprego

Autor: Sen. Irajá (PSD/TO)

O projeto propõe reduzir a alíquota do FGTS e da contribuição previdenciária para incentivar a contratação de jovens e profissionais mais velhos. Garante segurança jurídica, com regras claras e direitos trabalhistas preservados. O contrato terá duração de 6 a 24 meses, com até três renovações, oferecendo previsibilidade às partes.

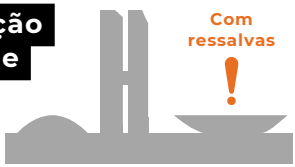
PL 6214/2019 - Ampliação do Limite para Opção pelo Regime de Lucro Presumido



Autor: Sen. Angelo Coronel (PSD/BA)

O Brasil ocupa a 184ª posição em dificuldade para pagar tributos, segundo o Doing Business 2020. A proposta eleva o limite do lucro presumido de R$ 24 milhões para R$ 120 milhões, reduzindo burocracia sem impacto fiscal. Busca estimular a produtividade, o emprego e reduzir disputas tributárias.

PL 6204/2019 - Disciplina a execução extrajudicial civil para cobrança de títulos executivos judiciais e extrajudiciais



Autor: Sen. Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

O texto propõe transferir a execução civil para tabelionatos, reduzindo garantias processuais e gerando insegurança jurídica. A medida pode elevar custos com emolumentos, afetando especialmente pequenas empresas. Também compromete a previsibilidade na recuperação de créditos e aumenta o risco de litígios.

PL 2926/2023 - Disciplina sobre as instituições operadoras de infraestrutura do mercado financeiro no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro

Autor: Poder Executivo

A proposta regulamenta as instituições do Sistema de Pagamentos Brasileiro para fortalecer a segurança jurídica e facilitar o registro de garantias. O projeto visa dinamizar o acesso ao crédito no país. Sua aprovação deve impactar o mercado financeiro e a infraestrutura de pagamentos.

PL 3/2024 - Nova Lei de Falência

Autor: Poder Executivo

O Projeto de Lei (PL) 3/2024 aprimora a Lei de Falências, tornando o processo mais ágil e transparente. Dá mais poder aos credores para aprovar planos e nomear gestores fiduciários. Dispensa aprovações judiciais após a homologação do plano para evitar disputas.

PEC 13/2024 - Reforma Tributária

Autor: Sen. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

A proposta altera a Constituição para beneficiar microempresas, pequenas empresas e Microempreendedor Individual (MEIs) na reforma tributária. Permite que compradores desses setores tenham direito a créditos presumidos. Os valores e regras serão definidos por lei complementar.

PL 358/2020 - ESG e Mercado de Carbono

Autor: Sen. Styvenson Valentim (PSDB/RN)

A proposta cria o Selo Nacional de Sustentabilidade Empresarial para reconhecer empresas com práticas ambientais responsáveis e concede preferência a elas em licitações públicas. O projeto já teve parecer favorável aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e está na Comissão de Meio Ambiente (CMA) aguardando relator. A iniciativa visa incentivar a sustentabilidade no setor empresarial.

PL 2481/2022 - Reforma Administrativa

Autor: Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

O texto propõe modernizar a Lei nº 9.784/1999 para tornar os processos administrativos federais mais eficientes e transparentes. Apresentado em setembro de 2022, o projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. A reforma visa dinamizar a Administração Pública Federal.

PL 2483/2022 - Reforma Administrativa

Autor: Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Visa estabelecer normas para o processo administrativo tributário federal, buscando uniformizar e modernizar os procedimentos relacionados à administração tributária no Brasil. A proposta pretende garantir maior transparência, eficiência e segurança jurídica nas relações entre o fisco e os contribuintes.

PEC 4/2025 - Fim da escala 6x1

Autor: Sen. Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

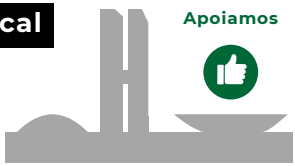
A Proposta Emenda à Constituição (PEC) 4/2025 elimina a escala 6x1 e limita a jornada a 40 horas em até cinco dias, reduzindo a flexibilidade essencial ao comércio e serviços. A medida aumenta os custos trabalhistas, pressiona preços e pode forçar o fechamento de pequenos e médios negócios. Além disso, ameaça a geração de empregos e a sustentabilidade do setor.

PEC 148/2015 - Fim da escala 6x1

Autor: Sen. Paulo Paim (PT/RS)

A PEC 148/2015 propõe extinguir a escala 6x1 e reduzir a jornada semanal, limitando a flexibilidade do comércio e serviços. A medida eleva os custos trabalhistas, impactando especialmente micro e pequenas empresas. Pode resultar na redução de empregos formais e no aumento da informalidade e terceirização.

PL 2099/2023 - Contribuição Sindical



Autor: Sen. Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

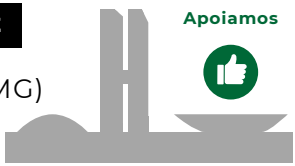
Este projeto propõe que a contribuição sindical não seja exigida de trabalhadores ou empregadores que não sejam filiados a sindicatos, reforçando o princípio da liberdade de associação e garantindo que apenas aqueles que optarem pela sindicalização contribuam financeiramente para as entidades sindicais.

PL 1883/2021 - Valorização da mulher empreendedora

Autor: Dep. Celina Leão (PP/DF)

O projeto cria o Programa Crédito da Mulher para facilitar o acesso ao crédito a microempreendedoras e pequenas empresárias. A proposta altera leis para oferecer condições financeiras mais favoráveis a essas mulheres. O objetivo é incentivar o empreendedorismo feminino nas instituições financeiras oficiais.

PLP 125/2022 - Devedor Contumaz



Autor: Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

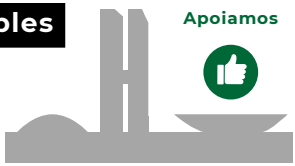
A proposta relatada pelo senador Efraim Filho define critérios objetivos para identificar devedores contumazes, reforçando o combate à sonegação fiscal. Diferencia inadimplentes eventuais dos recorrentes, promovendo concorrência leal e segurança jurídica. Também cria um cadastro de bons pagadores, incentivando a adimplência e valorizando empresas responsáveis.

PLP 164/2022 - Devedor Contumaz

Autor: Sen. Jean-Paul Prates (PT/RN)

Apesar de visar combater devedores contumazes, a proposta pode gerar insegurança jurídica ao punir contribuintes em dificuldades temporárias. A definição ampla de inadimplência pode equipará-los a fraudadores. Além disso, sanções antes do trânsito em julgado ferem o devido processo legal.

PLP 127/2021 - ICMS no Simples Nacional

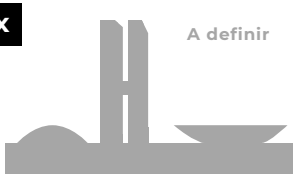


Autor: Jorginho Melo (PL/SC)

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 127/2021 ajusta os sublimites de receita para ICMS no Simples Nacional, permitindo que estados com até 1% do PIB tenham sublimite de R$ 1,8 milhão e os maiores, de até R$ 3,6 milhões. A proposta visa dar mais flexibilidade aos estados conforme sua participação econômica. O projeto está em tramitação no Senado, aguardando deliberação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

CONGRESSO
NACIONAL

MPV 1288/2025 - Gratuidade do Pix



Autor: Presidência da República

A Medida Provisória (MPV) 1288/2025 garante que pagamentos via Pix sejam isentos de custos adicionais e tributos, preservando o sigilo das transações. Protege consumidores contra cobranças abusivas e exige que fornecedores informem a proibição de taxas extras. Reforça o papel do Banco Central na segurança e privacidade do sistema.

MPV 1292/2025 - Consignado para Celetistas

Autor: Presidência da República

A MPV 1292/2025 amplia o acesso ao empréstimo consignado para trabalhadores do setor privado, mas pode aumentar o endividamento familiar e reduzir o consumo. Isso afeta negativamente comércio, serviços e gera risco maior de inadimplência. A Emenda nº 31 propõe medidas para garantir segurança jurídica, controle de margem e proteção ao consumidor.

MPV 1303/2025 - Taxa Tudo

Autor: Presidência da República

A MP 1303/2025, chamada "MP do Taxa Tudo", aumenta drasticamente a carga tributária sobre instrumentos financeiros e itens da cesta básica, elevando custos para empresas, especialmente micro e pequenos negócios. Isso encarece o crédito, reduz o consumo e afeta negativamente vendas, empregos e arrecadação. A medida, sem avaliar impactos econômicos, ameaça a sustentabilidade e o crescimento do setor de comércio e serviços.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente na Câmara dos Deputados: Dep. Domingos Sávio (PL/MG)

Vice-presidente na Câmara dos Deputados: Dep. Luís Carlos Gomes (REP/RJ)

Presidente no Senado Federal: Sen. Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Vice-presidente no Senado Federal: Sen. Rogério Marinho (PL/RN)

Vice-presidente da articulação política: Dep. Zé Neto (PT/BA)

Vice-presidente da Região Norte: Sen. Alan Rick (UNIÃO/AC)

Vice-presidente da Região Nordeste: Dep. Luiz Gastão (PSD/CE)

Vice-presidente da Região Centro-Oeste: Dep. Célio Silveira (MDB/GO)

Vice-presidente da Região Sudeste: Dep. Júlio Lopes (PP/RJ)

Vice-presidente da Região Sul: Dep. Luiz Nishimori (PSD/PR)

Secretário Geral: Sen.Izalci Lucas (PL/DF)

1° Secretário: Dep. Vitor Lippi (PSDB/SP)

2° Secretário: Dep. Alceu Moreira (MDB/RS)

3° Secretário: Dep. Joaquim Passarinho (PL/PA)

4° Secretário: Sen. Jaime Bagattoli (PL/RO)

Diretor de Assuntos Tributários: Dep. Sidney Leite (PSD/AM)

Diretor de Assuntos Trabalhistas: Dep. Afonso Mota (PDT/RS)

Diretor de Relações com o Consumidor: Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)

Diretor do Empreendedorismo: Dep. Fernando Máximo (UNIÃO/RO)

Diretor de Tecnologia e Automação: Dep. Rafael Pezenti (MDB/SC)

Diretor de Micro e Pequenas Empresas: Dep. Jorge Goetten (REP/SC)

Diretora de Serviços: Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)

Diretora de Empreendedorismo Feminino: Dep. Greyce Elias (AVANTE/MG)

Diretor de Assuntos Supermercadistas: Dep. Hercilio Coelho (MDB/MG)

Diretor de Assuntos Lojistas: Dep. Josivaldo JP (PSD/MA)

Diretor de Matérias de Construção: Dep. Capitão Augusto (PL/SP)

Diretora de Turismo, Bares e Restaurantes: Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE)

Diretor de Atacadistas e Distribuidores: Dep. Da Vitória (PP/ES)

Acesse nosso site